

AÇÕES ADOTADAS PELAS EMPRESAS DA B3 ALINHADAS COM OS 17 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS): UMA ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE.

BARBARA SIQUEIRA DA SILVA (UFMG) - barbara.s_silva@hotmail.com

Jamile Neme de Queiroz (UFMG) - jamile.dequeiroz@gmail.com

Ricardo Carvalho da Silva (UFMG) - ricardo@suportecontabilbh.com.br

José Roberto de Souza Francisco (UFMG) - jroberto@face.ufmg.br

Resumo:

A preocupação com as questões sociais, ambientais e econômicas é uma tendência mundial. Dada essa importância, as empresas tendem a publicar relatórios de sustentabilidade que evidenciam suas ações socioambientais. Diante disso, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: Quais ações as empresas da B3 têm adotado para contribuir com os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)? O objetivo foi verificar se as empresas que declaram levar em consideração estes 17 objetivos, de fato, o fazem, considerando o ano base de 2017 como referência. A amostra é constituída por 44 empresas da B3 e as informações foram coletadas, por meio de análise de conteúdo, nos relatórios de sustentabilidade. A partir desses dados gerou-se uma Análise Fatorial no Software STATA com o objetivo de agrupar os ODSs em fatores. Dessa forma, formaram-se três fatores, denominados de fator econômico, fator social e fator ambiental. Sendo assim, o estudo apontou dentro destes grupos em quais ODS as empresas têm mais ações voltadas para o atingimento do desenvolvimento sustentável. Os resultados mostram que dentro do fator econômico as principais ações foram voltadas para indústria, inovação e infraestrutura. Já no fator social os ODS mais relevantes foram erradicação da pobreza, educação de qualidade, trabalho decente e crescimento econômico. Em prol do meio ambiente as principais ações foram para energia acessível e limpa, ação contra a mudança global de clima e parcerias e meios de implementação. A pesquisa aponta ainda que as empresas adotam medidas em relação aos ODS que estão mais voltados para sua atividade fim.

Palavras-chave: Relatórios de sustentabilidade; Desenvolvimento Sustentável; ODS

Área temática: *Contabilidade para Usuários Externos*

AÇÕES ADOTADAS PELAS EMPRESAS DA B3 ALINHADAS COM OS 17 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS): UMA ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE.

RESUMO

A preocupação com as questões sociais, ambientais e econômicas é uma tendência mundial. Dada essa importância, as empresas tendem a publicar relatórios de sustentabilidade que evidenciam suas ações socioambientais. Diante disso, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: Quais ações as empresas da B3 têm adotado para contribuir com os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)? O objetivo foi verificar se as empresas que declaram levar em consideração estes 17 objetivos, de fato, o fazem, considerando o ano base de 2017 como referência. A amostra é constituída por 44 empresas da B3 e as informações foram coletadas, por meio de análise de conteúdo, nos relatórios de sustentabilidade. A partir desses dados gerou-se uma Análise Fatorial no *Software STATA* com o objetivo de agrupar os ODSs em fatores. Dessa forma, formaram-se três fatores, denominados de fator econômico, fator social e fator ambiental. Sendo assim, o estudo apontou dentro destes grupos em quais ODS as empresas têm mais ações voltadas para o atingimento do desenvolvimento sustentável. Os resultados mostram que dentro do fator econômico as principais ações foram voltadas para indústria, inovação e infraestrutura. Já no fator social os ODS mais relevantes foram erradicação da pobreza, educação de qualidade, trabalho decente e crescimento econômico. Em prol do meio ambiente as principais ações foram para energia acessível e limpa, ação contra a mudança global de clima e parcerias e meios de implementação. A pesquisa aponta ainda que as empresas adotam medidas em relação aos ODS que estão mais voltados para sua atividade fim.

Palavras-chave: Relatórios de sustentabilidade; Desenvolvimento Sustentável; ODS.

1. INTRODUÇÃO

As questões ambientais apareceram como problema já na segunda metade do século XX. Porém, no final da década de 1960, tais questões eram uma preocupação exclusiva do ocidente. Nos países comunistas, a destruição em prol da industrialização era incessante. Nos países em desenvolvimento, as questões ambientais eram vistas como luxo do Velho Mundo. Neste contexto, a primeira ministra da Índia, Indira Ghandi, afirmou que “a pobreza é a pior forma de destruição” (PNUMA, 2003).

A primeira grande conferência realizada com o objetivo de conscientizar a sociedade a melhorar a relação com o meio ambiente, atendendo as necessidades da população presente sem comprometer as gerações futuras, considerada um marco, foi a de Estocolmo, na Suécia, em 1972. Já em 1992, vinte anos após a conferência de Estocolmo, ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92 ou Eco 92). Trinta anos após a conferência de Estocolmo, em 2002, em Johannesburgo, na África do Sul, realizou a RIO+10 e em 2012, novamente na cidade do Rio de Janeiro, ocorreu a Rio+20. Por fim, em 2015, em Nova York, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), aconteceu a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável. Neste último encontro foram definidos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estes itens devem ser alcançados até 2030, ou seja, estão presentes na Agenda 2030 (PORTAL ONUBR, 2018).

Os relatórios de sustentabilidade possuem a função de mensurar e divulgar os impactos socioambientais decorrentes das atividades cotidianas das empresas. Dentre os benefícios da adesão e divulgação destes relatórios, pode-se citar a maior transparência e atendimento das

demandas informacionais de responsabilidade social e ambiental dos *stakeholders*, valorizadas em uma série de mercados consumidores (BASSETTO, 2010). As organizações podem elaborar o seu próprio relatório ou aderir a um já elaborado: os principais utilizados no Brasil são o da GRI – *Global Reporting Initiative*, do Ethos e do IBASE, sendo que o modelo da GRI é um dos mais utilizados.

A elaboração e divulgação do relatório de sustentabilidade são realizadas de forma voluntária pelas empresas brasileiras. Conforme a Teoria da Divulgação Voluntária os dados ambientais são passíveis de discricionariedade logo, as empresas buscarão comunicar desempenhos positivos, não reportando informações desfavoráveis, para assim, não causarem prejuízos à empresa devido à má interpretação dos *stakeholders*. As entidades também levam em consideração os custos e os benefícios antes de elaborar e publicar as informações (VERRECCHIA, 2001).

Diante do contexto da crescente preocupação com as questões atreladas à expansão econômica sustentável e da importância dos relatórios de sustentabilidade, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: Quais ações as empresas listadas na B3 têm adotado para contribuir com os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável? O objetivo desta pesquisa é, portanto, verificar nos relatórios de sustentabilidade das empresas, divulgados ao ano de 2017, que declaram levar em consideração os 17 ODSs, se, de fato, elas apresentam ações voltadas para contribuir com o atingimento das metas de cada um dos objetivos da Agenda 2030.

As empresas devem saber avaliar a sua contribuição e estratégias para que os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável sejam atingidos. Para as companhias listadas na B3 o relatório de sustentabilidade é voluntário. Porém, para atingir os objetivos desejados, adequar-se aos desafios do implemento de medidas para contribuir com a sustentabilidade e divulgar para a sociedade o impacto de suas ações as companhias deverão saber o que e como reportar as informações nos relatórios contábeis (PWC, 2017). Diante do exposto, a pesquisa se justifica pelo papel de destaque das empresas dentro da sociedade, não apenas gerando renda, mas também consumindo recursos e causando impactos positivos ou não, tanto na economia quanto no aspecto social e ambiental. Uma forma de mostrar as contribuições e ações voltadas para a sociedade é através dos relatórios de sustentabilidade. Dessa forma, uma análise destes documentos permite avaliar quais as principais medidas adotadas pelas entidades, como estão sendo reportadas e se de fato estão levando em consideração os objetivos da Agenda 2030.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Teoria da Divulgação

Evidenciação é a apresentação cujo propósito é ordenar uma base adequada de informações para o usuário. Yamamoto e Salotti (2006) definem como a informação contábil, qualitativa ou quantitativa, divulgada pelas empresas, através de seus canais, com o propósito de auxiliarem os seus usuários nas tomadas de decisões e nas percepções sobre os riscos e oportunidades que a empresa oferece. Iudícibus (2010) ainda destaca que é um compromisso inalienável da contabilidade para os seus usuários e com os seus objetivos. Gonçalves e Ott (2002, p.3) explicam que “os métodos de divulgação não se resumem apenas às demonstrações contábeis, mas informações relevantes que podem ser disseminadas através do Relatório da Administração, em Notas Explicativas, boletins, reuniões com analistas de mercado/acionistas, entre outros”.

A evidenciação de informações contábeis é abordada principalmente pela Teoria da Divulgação cujo objetivo é explicar fenômenos relacionados à divulgação de informações contábeis, baseando em evidências empíricas e modelos de análises provenientes das teorias

econômicas para explicar e prever a realidade. Cunha e Ribeiro (2008, p.7) explicam que a Teoria da Divulgação é “uma linha de pesquisa que tem por objetivo explicar o fenômeno da divulgação de informações financeiras”.

Verrecchia (2001) identifica três categorias de pesquisa sobre os processos da divulgação de informações na contabilidade: divulgação baseada em associação, divulgação baseada em eficiência e divulgação baseada em julgamento, uma vez que acredita não existir uma única teoria abrangente o suficiente. A divulgação baseada em associação relaciona os fenômenos contábeis e seus reflexos para investidores e mercados de capitais. Já a divulgação baseada em eficiência engloba informações que reduzem o custo de capital, ou seja, possui uma vertente econômica. A divulgação baseada em julgamento compreende as informações obrigatórias, porém, leva em consideração que os gestores podem gerenciar informações de caráter voluntário, dando delineamento à teoria da divulgação voluntária.

Ao contrário de Verrecchia (2001), que acredita na existência de mais de uma teoria para explicar a evidência, Dye (2001) defende que apenas a Teoria da Divulgação voluntária, a qual as organizações publicam informações favoráveis a elas, omitindo as informações que não são bem vistas pelo mercado, seja suficiente para explicar a divulgação. Para a Teoria da Divulgação voluntária, os relatórios anuais tendem a destacar os sucessos da empresa, o que impulsiona a divulgação é a possibilidade de escolha do agente. Além disso, essa teoria relata que os investidores possuem expectativas racionais e o silêncio diante da divulgação de uma informação indica que a mesma é desfavorável (VERRECCHIA, 2001 E DYE, 2001).

Coelho, Pires e Alves (2013) examinaram as informações de caráter ambiental de 69 empresas da B3 e encontraram resultados alinhados com a Teoria da divulgação voluntária. De acordo com os autores as informações ambientais evidenciadas nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) figuram, em sua maioria, no relatório da administração e pertencem majoritariamente à tipificação declarativa, com destaque para as notícias boas.

2.2.Desenvolvimento Sustentável.

A preocupação com um desenvolvimento mais sustentável surgiu no início da década de 1970 no continente europeu. O temor era que o desenvolvimento colocasse em risco a sustentabilidade do planeta (MEADOW, RANDERS & BEHRENS 1972). Diante deste contexto, ocorreu a Conferência das Nações Unidas em Estocolmo, na Suécia, trazendo inovações e contribuições para a evolução do tratamento das questões ambientais no plano internacional e no plano interno dos países. Neste período, havia uma resistência dos países em desenvolvimento, que consideravam que as imposições ambientais-sociais eram aplicáveis apenas aos países desenvolvidos, devido a seu histórico poluidor. Dessa forma, para essas nações a redução da pobreza deveria ser a prioridade (PNUMA, 2003).

Na década de 1980, houve uma mudança no cenário mundial marcada pela crise do petróleo, pela invasão do Afeganistão pela antiga União Soviética e pela intervenção dos Estados Unidos (EUA) em Granada, causando um enfraquecimento nas questões ambientais. Ainda, na mesma década, grandes catástrofes ambientais e impactantes descobertas científicas, tais como o efeito estufa e o afinamento da camada de ozônio, marcaram o período (CAMPOS et al, 2013). Em 1987, foi publicado o Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecido como Relatório *Brundtland* que definiu desenvolvimento sustentável como: “é o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” (WORLD, 1987, p.12).

Em um cenário em que o liberalismo político e econômico ganhava força, iniciou-se também a ideia de globalização, ou seja, fronteiras menos rígidas e mais interligadas. Na década de 90, a sustentabilidade foi marcada pela busca de melhor compreensão do conceito de desenvolvimento sustentável e tendências da globalização, como comércio e tecnologia (PNUMA, 2003). A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO-92) trouxe uma visão mais ampla de desenvolvimento sustentável, baseando-a em três pilares – econômico, social e ambiental (LAGO 2007). Um dos documentos assinados na RIO-92 foi a Agenda 21, que além das questões ambientais, trazia de forma implícita a questão do desenvolvimento, mas este deveria ser nos moldes sustentáveis. Isto gerou um impasse entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento devido aos custos para realizar as propostas da Agenda 21.

As questões sociais e ambientais continuaram sendo discutidas no século XXI. A Organização das Nações Unidas (ONU) realizou a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, no ano de 2002. Momento no qual o mundo estava voltado para os atentados do onze de setembro e para a retirada dos EUA do Protocolo de Quioto. Um dos objetivos dessa Cúpula foi avaliar os resultados da Agenda 21, porém, estes não pareciam otimistas (PNUMA, 2003). Apesar dos países terem firmado os compromissos, o que aconteceu após as declarações de boas intenções foi uma dificuldade de “implementação das resoluções com os poucos recursos disponíveis e de legitimação de valores supostamente universais em um planeta globalizado” (DUARTE, 2003). A Conferência de Johannesburgo já estava fadada ao fracasso, pois ocorreu em um momento em que a cooperação internacional estava enfraquecida e descendente. Esta conferência foi menos ambiciosa que a Rio-92, focando mais em encontrar caminhos mais práticos e viáveis de desenvolvimento sustentável (LAGO, 2007).

2.3.Sustentabilidade

O conceito de desenvolvimento econômico por muito tempo foi confundido com crescimento econômico. Este pensamento levou à crença de que mantendo as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) altas, iriam chegar ao desenvolvimento pleno. Porém, taxas elevadas de crescimento econômico não significam que o país ou nação esteja isenta de desigualdade. Ou seja, para medir o desenvolvimento é necessário que a população possua qualidade de vida e uma distribuição de renda mais justa. Desenvolvimento, puramente, não significa que haja uma preocupação com o meio ambiente, ou seja, um país pode ter crescimento econômico e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) altos e possuir altos níveis de degradação ambiental. A sustentabilidade e a qualidade de vida são requisitos a serem ajustados ao conceito de desenvolvimento (VEIGA, 2008).

Sustentabilidade e crescimento econômico geram um impasse. De um lado, estão os otimistas, que acreditam que é possível haver uma combinação ótima entre conservação e crescimento econômico. Por outro lado, há aqueles que defendem que a sustentabilidade ambiental só é possível se não houver nenhum crescimento econômico (OLIVEIRA, 2012). Para Pronk e ulHaq (1992) e Bossel (1999), os sistemas sociais, ambientais e econômicos estão interligados e um está dentro do outro. Segundo Pronk e ulHaq (1992) “o desenvolvimento é sustentável quando o crescimento econômico traz justiça e oportunidades para todos os seres do planeta, sem privilégio de algumas espécies, sem destruir os recursos naturais finitos e sem ultrapassar a capacidade de carga do sistema.

Desse modo, sustentabilidade econômica refere-se à alocação e distribuição dos recursos naturais de forma eficiente. Já sustentabilidade social é o desenvolvimento com crescimento estável e distribuição igualitária de renda, gerando uma redução das diferenças sociais. Na perspectiva ambiental, sustentabilidade tem como principal preocupação os

impactos da atividade humana sobre o ambiente (BELLEN, 2005).

O termo desenvolvimento sustentável foi cunhado no Relatório de Brundtland, em 1987. É a soma do conceito de desenvolvimento com o de sustentabilidade. Existem diversas concepções sobre desenvolvimento sustentável, levando em consideração aspectos sociais, ambientais, político e econômicos (VEIGA, 2008). O conceito adotado pelos Programas das Nações Unidas para o Meio Ambiente e para o Desenvolvimento (PNUMA e PNUD) se baseia nas alterações da biosfera e na aplicação de recursos de acordo com as necessidades humanas e para aumentar a qualidade de vida. A ONU considera que para garantir a sustentabilidade do desenvolvimento deve-se considerar fatores ecológicos, sociais e econômicos. Portanto, a maior ênfase, primeiramente, é das questões sociais, ou seja, o principal objetivo é alcançar bem-estar econômico e distribuí-lo equitativamente. Estes objetivos sociais e ambientais podem ser mantidos por muitas gerações, e estas, para mantê-los, devem evitar a degradação dos recursos naturais, pois deve haver manutenção para as gerações futuras (GOODLANF & LEDOC, 1987).

Para Romeiro (2012) o desenvolvimento sustentável deveria ser entendido como um processo de melhoria do bem-estar humano. A produção material e energética deve garantir o conforto e ser estabilizada em um nível compatível com os limites termodinâmicos do planeta. Dessa forma, o Estado deve ser estacionário, no qual o crescimento do consumo como fator de emulação social cede lugar ao crescimento cultural, psicológico e espiritual.

2.4. Relatórios de Sustentabilidade

Os relatórios de sustentabilidade são adotados de forma voluntária pelas empresas. Porém, a partir de 2016, a Comissão de valores Mobiliários (CVM) tornou obrigatório tratar no Formulário de Referência de informações socioambientais, dado que antes era apenas uma recomendação. A B3, para saber se as empresas possuíam ou não algum relatório de sustentabilidade e em caso negativo o porquê, criou em dezembro de 2011 o *Relate ou Explique*. Ele teve duração até o ano de 2015, no formato original, quando a CVM destinou um item exclusivo para informações socioambientais no Formulário de Referência. O Objetivo do “*Relate ou Explique*” era estimular a publicação de informações *Environmental, Social e Governance (ESG)*. A partir de 2017, a B3 lançou o “*Relate ou Explique para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)*”. O objetivo agora é a transparência das estratégias e ações em relação aos 17 ODS estabelecidos pela ONU.

Essas iniciativas da B3 produziram resultados positivos. No primeiro ano do “*Relate ou Explique*”, 45,31% das empresas publicaram ou explicaram o motivo de possuírem ou não relatórios de sustentabilidade, em 2013, este número subiu para 66,29%, em 2014, para 71,17% e, em 2015, para 71,65%. O número de empresas que publicam o relatório passou de 96 em 2012 para 160 em 2015, ou seja, ou crescimento de, aproximadamente, 60% (PORTAL B3, 2018).

2.5. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS

O desenvolvimento sustentável visa atender as necessidades da geração atual sem comprometer a existência das gerações futuras. Em 2015, os indicadores econômicos, sociais e ambientais dos últimos anos não eram satisfatórios. Assim, a ONU propôs a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, em Nova York, na sede da Organização das Nações Unidas. Nesta cúpula foram estabelecidos os 17 objetivos sustentáveis e as 169 metas para que os 193 países membros da ONU alcancem o Desenvolvimento sustentável até 2030. Os 17 ODS estão descritos na Figura 1.

Figura 1: 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

1.	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
2.	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
3.	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.
4.	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.
5.	Alcançar à igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
6.	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos
7.	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos.
8.	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos
9.	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
10.	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
11.	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12.	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
13.	Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
14.	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
15.	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
16.	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
17.	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: Portal ONUBR, 2018.

A *PricewaterhouseCoopers* (PWC), em 2017, realizou um estudo para verificar se as empresas realmente já compreendem o que o cumprimento dos objetivos exige ou o papel que devem desempenhar para ajudar a alcançá-los. Para isso, analisou os relatórios de sustentabilidade de 470 empresas em todo o mundo. A análise tinha o objetivo de verificar quais ODS as empresas estavam priorizando, o porquê e como estavam reportando estes objetivos. Os resultados indicaram que 62% das empresas analisadas referiram-se aos ODS em seus relatórios. Contudo, destes 62%, apenas 37% têm priorizado os ODS individualmente e 25%

referem-se aos objetivos sustentáveis de forma geral. As empresas restantes, ou seja, 38%, não abordam os objetivos em seus relatórios.

2.6. Estudos Anteriores

Parte dos estudos utilizando relatórios de sustentabilidade, dentro do campo da contabilidade, tem como objetivo verificar o nível de evidenciação, uniformidade ou os índices extraídos dos mesmos. Costa e Marion (2007), por exemplo, verificaram a uniformidade das informações ambientais entre os relatórios disponibilizados pelas empresas do setor de papel e celulose através do *site* da B3 e de seus *sites* oficiais. Realizou-se comparação das informações disponibilizadas nos relatórios e os resultados apontaram que há dificuldade em analisar informações ambientais, devido à falta de uniformidade na estrutura dos relatórios disponibilizados pelas empresas.

De acordo com Branco e Rodrigues (2006) as empresas se envolvem em responsabilidade social corporativa (CSR), pois consideram que há algum tipo de vantagem competitiva para elas. Para os autores, investimentos em atividades socialmente responsáveis podem ter benefícios internos ajudando a empresa a desenvolver novos recursos e capacidades relacionados com o *know-how* e a cultura corporativa. E benefícios externos relacionados à reputação corporativa.

Milani e Antônio (2008) investigou se as empresas que se declaram socialmente responsáveis divulgam informações financeiras específicas sobre os recursos gastos em investimento social. Além disso, verificou se há diferença significativa da dimensão desses gastos entre empresas cujos produtos estão associados à externalidades negativas (cigarro, armas e bebidas alcoólicas) e as organizações participantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Os resultados apontaram que nem todas as organizações que declaram realizar investimentos sociais evidenciam tal fato. Das empresas da amostra, 11,8% das entidades componentes do ISE e 72,2% das organizações vinculadas a externalidades negativas não divulgavam informações financeiras sobre o valor de gastos sociais, gerando dúvidas sobre a existência ou a dimensão dos investimentos à comunidade.

Ribeiro, Bellen e Carvalho (2011) verificaram se as práticas de evidenciação ambiental das companhias analisadas reagem aos distintos estímulos regulatórios de seus países de origem. Uma vez que o *disclosure* ambiental é, predominantemente, voluntário, as companhias podem simplesmente suplantar a regulação, tornando-a sem sentido. A amostra foi constituída por empresas do setor de petróleo e gás natural dos Estados Unidos, do Canadá, da Inglaterra e da Austrália. Os resultados encontrados comprovaram que existem diferenças significativas entre os níveis de evidenciação ambiental das companhias da amostra pertencentes aos países mais regulados em comparação com os menos regulados e essas diferenças só foram significativas nos itens de divulgação obrigatória, o que comprova que o *disclosure* ambiental das companhias reage aos estímulos regulatórios de seus países.

Calixto (2013) analisou as informações socioambientais divulgadas pelas companhias latino-americanas nos seus relatórios. Os resultados da pesquisa mostram que a maioria das companhias de capital aberto da região não disponibiliza informações socioambientais nos seus relatórios anuais ou em relatórios específicos sobre o tema, entretanto, as companhias estabelecidas no Brasil são as que mais destacam o assunto. Quanto à evolução e à forma de divulgação de informações socioambientais, verificou-se que o relatório anual é o principal canal utilizado pelas companhias para destacar tais informações, seguido do relatório de sustentabilidade, divulgado como parte do relatório anual ou como uma publicação específica.

Novelin e Fregonesi (2013) analisaram 31 empresas do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) com o objetivo de verificar os investimentos sociais realizados por empresas que se declaram sustentáveis. Dessa forma, constataram que nenhuma empresa deixou de informar, totalmente, o objetivo de seus projetos. No entanto, poucas empresas divulgaram o destino do investimento e frequentemente não fica claro o sacrifício realizado pela empresa. Além disso, há pouquíssima informação sobre o uso de incentivos fiscais. Percebeu-se que informações com impacto positivo mais imediato são mais divulgadas.

Rover, Tomazzia e Borba (2012) buscaram nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) e os Relatórios de Sustentabilidade (RS) das empresas da B3 fatores determinantes para a divulgação voluntária de informações ambientais. Os resultados apontam que das 57 empresas analisada 73% divulga no RS e 27% na DFPs. Além disso, concluíram que empresas de maior porte econômico investem mais em responsabilidade ambiental, pois possuem mais recursos e são mais visadas socialmente. Empresas auditadas por *Big Four* e as pertencentes ao ISE também possuem uma maior *disclosure* ambiental.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. Tipologia da Pesquisa, Definição da Amostra e Coleta de Dados.

A pesquisa é descritiva quanto aos objetivos, quantitativa e qualitativa quanto à abordagem do problema, e documental quanto aos procedimentos (MARTINS & THEÓFILO, 2009). Por meio da análise qualitativa foram verificados os relatórios de sustentabilidade das empresas selecionadas. Dessa forma, foram identificados os programas e ações que visam atender as prerrogativas dos ODS, ou seja, ações que a empresa realizou em prol dos 17 objetivos. Sendo assim, foi desenvolvido um quadro geral com descrição das principais ações realizadas pelas empresas dentro de cada um objetivo dos ODS.

O Portal da B3 criou em 2017 o “Relate ou Explique para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”. Dessa forma, a amostra é constituída por aquelas empresas que declaram realizar o relatório de sustentabilidade levando em consideração os objetivos de desenvolvimento sustentável. A amostra inicial era composta por 61 empresas que informaram, em 2017, considerar os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, porém foram excluídas 7 que pertenciam ao mesmo grupo econômico e outras 10 que ainda não disponibilizaram o relatório de 2017, restando assim 44 empresas na amostra final. Conforme demonstrado na Figura 2.

Figura 2: empresas componentes da amostra

Segmento	Empresa - Nome Pregão	Segmento	Empresa - Nome Pregão
Bens Industriais	CCR S.A.	Consumo não Cíclico	Brasilagro
	Invepar E Conc Raposo		M.Diasbranco
	Econ E Ecorodovias		Slc Agricola
	Embraer	Financeiro e Outros	Bradesco
	Fras-Le		Brasil

	Gol		Santander Br
	Santos Brp		Bicleasing
	Triunfo Part		Cielo
	B2w Digital		Itausa
	Estacio Part		Itaunibanco
Consumo Cíclico	Even		Aes Tiete E
	Lojas Americ		Cemig Dist E Cemig Gt
	Mrv		Eletrobras E Eletropar
	Braskem	Utilidade Pública	Celesc
	Duratex		Copel
	Fibria		Cpfl Renovav
	Klabin S/A		Tran Paulist
	Suzano Papel		Energias Br
	Vale		Eletropaulo
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Petrobras		Enersul E Energisa Mt E Energisa
	Fleury		Engie Brasil
Saúde	Odontoprev		Light S/A

Fonte: elaborado pelos autores (2018)

O objetivo foi identificar quais medidas às empresas têm adotado para contribuir com os objetivos sustentáveis da ONU. Os dados foram coletados nos relatórios de sustentabilidade de cada entidade. O “Relate ou Explique” disponibiliza o link para acessar o relatório ao qual a empresa se refere. Estes documentos foram analisados, pois neles constam as informações referentes aos projetos sociais, ambientais e econômicos. Foram considerados para análise ações internas e externas exercidas pelas empresas. Este estudo se baseia na pesquisa realizada pela PWC, em 2017, com 470 empresas de todo o mundo e na teoria da divulgação voluntária (VARRECCHIA, 2001).

Os relatórios adotam o sumário da GRI, no qual é destacado os ODS. Porém, foi realizada uma leitura dos relatórios para identificar quais ações às empresas tem feito para, de fato, contribuir com o desenvolvimento sustentável.

3.2. Variáveis de Análise e Definição do Modelo

A Organização das Nações Unidas, ONU, elenca os 17 Objetivos Sustentáveis a serem atingidos e dentro de cada um destes existem metas a serem alcançadas. Estes 17 itens nortearam a busca nos relatórios de sustentabilidade das 44 empresas que constituem a amostra.

O estudo consiste em uma análise documental que visa verificar se as empresas que relataram levar em consideração estes objetivos, de fato, o fazem considerando o ano base de 2017 como referência.

A busca nos relatórios de Sustentabilidade das empresas foi realizada por meio da análise de conteúdo buscando palavras-chave, termos e trechos relacionados aos 17 itens listados na Figura 1. Dessa forma, foram elencadas, a partir da análise dos relatórios, as ações realizadas pelas empresas que estavam em acordo com 17 ODSs. Os dados encontrados foram tabelados em planilha do *Software Excel* e atribuído o valor de 1 (um) para quando a empresa realizava ações voltadas para determinado objetivo e zero quando não realizava.

Após tabelar os dados foi feita uma Análise Fatorial, pois de acordo com Mingoti (2005), o fatorial tem a finalidade de transformar um grande conjunto de termos em fatores capazes de descrever a variabilidade das variáveis originais, ou seja, os fatores obtidos, através da Análise Fatorial, deverão ser capazes de sintetizar o poder explicativo dos dados originais. Dessa forma, os fatores foram nomeados de acordo com os principais objetivos sustentáveis que os compõem, formando assim três grandes fatores que são: econômicos, sociais e ambientais.

A Análise Fatorial deve obedecer alguns procedimentos de acordo com Hair *et al.* (2005), que são: (i) verificação da adequação do problema estudado à técnica de Análise Fatorial; (ii) análise da matriz de correlação das variáveis que compõem o problema de estudo; (iii) determinação do número de fatores; (iv) rotação dos fatores (se necessário); (v) interpretação dos fatores encontrados; (vi) escolha de variáveis (fatores) substitutas.

4. DISCUSSÃO DO MODELO

O modelo atribuiu valores de 1 para presença de ações alinhadas aos 17 ODS e 0 para quando essas ações não eram apresentadas nos relatórios de sustentabilidade. Dessa forma, a Análise fatorial agrupou os ODS mais representativos em Fatores e estes foram denominados de fatores econômicos sociais e ambientais. A determinação das variáveis representativas de cada fator é dada pelo valor da estatística da mesma, logo aqueles ODS que apresentavam maior valor eram escolhidos para compor o conjunto de variáveis do respectivo fator.

Dessa forma, utilizando o *software STATA 12.0* foi gerada a matriz de correlação, esta justifica a análise fatorial, pois as variáveis mais correlacionadas devem se juntar para formar um fator. Ou seja, o objetivo da análise fatorial é identificar fatores não diretamente observáveis, a partir da correlação entre um conjunto de variáveis, estas sim observáveis e passíveis de medição. Logo, a matriz de dados deve apresentar correlação entre os termos. Sendo assim, obteve-se uma correlação mediana entre as variáveis, ou seja, por volta de 0,5. As variáveis mais altas correlacionadas foram energia acessível e limpa com água potável e saneamento (0,5701), ações contra a mudança global de clima com energia acessível e limpa (0,5412) e parcerias e meios de implementação com cidades e comunidades sustentáveis (0,5051). Portanto, a matriz apresenta correlação suficiente para utilizar a análise fatorial, dado que de acordo com Hair *et al.* (2005) deve haver correlações superiores a 0,3.

A quantidade de fatores foram três e estes foram denominados de 1 - Fator Econômico, 2 – Fator Social e 3 - Fator Ambiental. Optou-se por trabalhar com estes fatores, pois de acordo com o critério de Kaiser (1958), apenas fatores com autovalor acima de 1 são considerados. O autovalor corresponde a quanto o fator consegue explicar da variância, ou seja, quanto da variância total dos dados pode ser associada ao fator. Dentro do fator econômico os objetivos mais relevantes foram: indústria, inovação e infraestrutura. No fator social os ODS mais relevantes forma: erradicação da pobreza, educação de qualidade, trabalho descente e crescimento econômico e vida terrestre. Já dentro do fator ambiental os ODS mais relevantes

foram: energia acessível e limpa, ação contra a mudança global de clima, vida na água e parcerias e meios de implementação. Conforme Tabela 1:

Tabela 1: Análise Fatorial

Variáveis	Fator - 1	Fator - 2	Fator - 3
	Econômico	Social	Ambiental
1- Erradicação Da Pobreza	0,404	0,469	-0,402
2- Fome Zero E Agricultura Sustentável	0,509	0,218	-0,353
3- Saúde E Bem-Estar	0,512	0,346	0,0916
4- Educação De Qualidade	0,414	0,613	-0,0284
5- Igualdade De Gênero	0,523	-0,391	0,00860
6- Água Potável E Saneamento	0,579	-0,386	0,109
7- Energia Acessível E Limpa	0,603	-0,0932	0,406
8- Trabalho Decente E Crescimento Econômico	0,456	0,474	0,241
9- Indústria, Inovação E Infraestrutura	0,636	-0,262	0,0952
10 - Redução Das Desigualdades	0,530	-0,167	-0,360
11 - Cidades E Comunidades Sustentáveis	0,706	-0,282	-0,257
12 - Consumo E Produção Responsáveis	0,608	0,399	0,210
13- Ação Contra A Mudança Global De Clima	0,606	0,221	0,488
14 - Vida Na Água	0,458	-0,0409	-0,541
15 - Vida Terrestre	0,506	-0,521	-0,0101
16 - Paz, Justiça E Instituições Eficazes	0,238	-0,218	0,541
17 - Parcerias E Meios De Implementação	0,672	-0,0782	-0,153
Variância Explicada	29,02%	11,82%	9,56%
Variância Acumulada	29,02%	40,84%	50,04%
KMO = 0,6784			
LR Teste/ Bartlett: p-valor=0,00000			

Fonte: elaborado pelos autores (2018)

Verifica-se que o modelo, no que se refere à base de dados, atende, na sua maioria, aos pressupostos da análise fatorial definidos por Hair et al (2005). Pois, a amostra é constituída por 44 empresas e 17 variáveis, totalizando 748 observações, de acordo com Hair et al (2005) a análise fatorial não deve ser utilizada para estudos com menos de 50 observações. Observa-se ainda, uma comunalidade de 50,4%, ou seja, a proporção da variabilidade total dos dados explicada pelos três fatores conjuntamente foi de 50,4% e que o Fator 1 – Econômico é responsável por 29% desse total, o Fator 2 – Social por 11,82% e o Fator 3 – Ambiental por 9,56%. Em relação ao teste Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) este deverá se situar entre 0 e 1, no entanto, quanto mais próximo de 1 mais adequado são os dados para análise fatorial. No caso da presente pesquisa, observa-se o valor do KMO = 0,6784, ou seja, indica uma adequabilidade mediana. O teste de Bartlett visa rejeitar a hipótese nula de que a matriz de correlações é estatisticamente igual a uma matriz identidade. Ou seja, considerando um nível de 5% de significância o P-Valor deve ser menor que 0,05, sendo assim, rejeita-se a hipótese nula, pois o P-valor = 0,000.

Dentro dos fatores econômicos foram identificadas nos relatórios de sustentabilidade as ações voltadas para indústrias, inovação e infraestrutura. As principais medidas adotadas dentro desse ODS foram destinadas para investimentos em tecnologias de produção e incentivos para desenvolvimento de novos processos. O ODS mais representativo do fator econômico foi

Cidades e Comunidades Sustentáveis, ou seja, o ODS nº 11 e as principais ações das empresas concentram-se na implantação de aproveitamento energético em comunidades, melhorias em escolas e postos de saúde. Consumo e Produção Responsável, ODS nº 12 também compõe o fator econômico e as principais ações adotadas pelas empresas foram coleta seletiva, destinação correta dos resíduos de produção e incentivos à redução de resíduos nas produções. E o último ODS identificado dentro dos fatores econômicos foi Parcerias e Meios de Implementação, ODS nº 17, as companhias apoiam ONGs e associações a fim de promover o desenvolvimento sustentável.

O segundo fator agrupou os ODS Sociais, apresentando medidas para a erradicação da pobreza, tais como, as destinadas para famílias de baixa renda: capacitação profissional e concessão de microcrédito. Algumas empresas ainda incentivaram o voluntariado como forma de reduzir a pobreza. Dentro das ações em prol da Educação de Qualidade, ODS nº 4, as empresas realizam cursos de formação e capacitação para todos os níveis hierárquicos e auxílio financeiro para custear cursos de graduação e pós-graduação. As principais medidas adotadas para Emprego Digno e Crescimento Econômico, ODS nº 8, estão a doação de planos de desenvolvimento e gestão dos colaboradores e planos de cargos e salários. O ODS nº 15, Vida Terrestre, impactou negativamente o fator social demonstrando que as companhias não exemplificaram ações que favoreceram a melhoria da vida na terra.

O terceiro fator apresentou os ODS Ambientais. As medidas adotadas para contribuir com o ODS nº 7, Energia Acessível e Limpa, foram investimentos em energias renováveis, como a solar, e mudanças de estruturas físicas para melhor aproveitamento de energia solar. Já em relação à ação de Combate às Alterações Climáticas, ODS nº 13, as medidas adotadas foram redução na emissão de CO² com adequação de frotas e otimização de rotas. O ODS nº 14, Vida Debaixo D'Água, impactou negativamente o grupo demonstrando que as empresas não adotaram ações para preservação da vida aquática. Em relação ao ODS nº 16, Paz, Justiça e Instituições Fortes as empresas analisadas, e sua maioria, adotaram o Código de Ética interno, orientando seus colaboradores quanto às suas posturas e atitudes.

O fator 1 possui a maior capacidade de explicação, pois os ODS de forma direta ou indireta impactam na economia. Quanto menor o valor da variável dentro do grupo, na Análise fatorial, neste modelo, significa que possui menos ações voltadas para aquele ODS. Porém, a ausência de atitudes em prol de algum ODS pode ser explicada pelo fato da atividade fim da empresa não ser relacionada com o respectivo objetivo de desenvolvimento sustentável, por exemplo, empresas do setor financeiro dificilmente realizaram ações relacionadas com vida na água, que consiste em proteção da fauna e flora dos mares.

De forma geral, os resultados encontrados, apontam que as empresas adotam medidas em relação aos ODS que estão mais voltados para sua atividade fim. Conforme a Tabela 2, o setor de Bens Industriais e o de utilidade pública foram os que mais apresentaram ações em prol dos 17 ODS, 44,06% do total de ações encontradas, dado que sua atividade impacta o ambiente, a sociedade e a economia. As principais ações adotadas fora: investimento em energias renováveis; investimentos em tecnologias de produção e incentivos para desenvolvimento de novos processos; implantação de aproveitamento energético em comunidades; coleta seletiva e destinação correta dos resíduos de produção; reflorestamento de áreas degradadas; Parcerias com ONGs e associações a fim de promover o desenvolvimento sustentável.

Tabela 2: Ações adotadas por setor.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.	Bens Industriais(%)	Consumo Cíclico (%)	Consumo não Cíclico (%)	Financeiro e Outros (%)	Materiais Básicos (%)	Saúde (%)	Utilidade Pública (%)	TOTAL (%)
1- Pobreza	1.85	0.00	4.17	3.92	1.49	11.11	4.90	3.39
2- Fome Zero	1.85	0.00	0.00	3.92	2.99	5.56	3.92	2.83
3- Saúde	9.26	10.53	12.50	13.73	7.46	11.11	9.80	10.17
4- Educação	9.26	13.16	12.50	11.76	7.46	11.11	8.82	9.89
5- Gênero	5.56	5.26	0.00	3.92	1.49	0.00	2.94	3.11
6- Saneamento	5.56	2.63	0.00	7.84	7.46	11.11	5.88	5.93
7- Energia	5.56	2.63	4.17	7.84	7.46	5.56	4.90	5.65
8- Crescimento Econômico	7.41	13.16	8.33	5.88	7.46	5.56	7.84	7.91
9- Inovação	7.41	5.26	4.17	5.88	8.96	5.56	5.88	6.50
10- Desigualdade	1.85	0.00	4.17	3.92	7.46	0.00	3.92	3.67
11- Cidades	7.41	7.89	8.33	1.96	7.46	5.56	6.86	6.50
12- Consumo	11.11	13.16	8.33	7.84	7.46	11.11	8.82	9.32
13- Clima	9.26	10.53	8.33	9.80	7.46	11.11	6.86	8.47
14- Vida Na Água	1.85	0.00	4.17	0.00	1.49	0.00	1.96	1.41
15- Vida Terrestre	7.41	5.26	8.33	5.88	5.97	0.00	9.80	7.06
16- Justiça	3.70	5.26	8.33	1.96	5.97	0.00	2.94	3.95
17- Parcerias	3.70	5.26	4.17	3.92	4.48	5.56	3.92	4.24
Total de ações	54	38	24	51	67	18	102	354
%	15.25	10.73	6.78	14.41	18.93	5.08	28.81	100.00

Fonte: Elaborado pelos autores (2018)

Observa-se que os ODS que receberam mais atenção foram os de saúde e educação, 20% do total de ações, pois as empresas analisadas, em sua maioria, possuem planos de saúde para os funcionários e investem em capacitação dos mesmos. Outros ODSs que se destacaram foram os de Consumo e Clima, pois as empresas analisadas adotam medidas para uma produção mais sustentável, tais como, tratamento de resíduos e programas para redução dos gases do efeito estufa (GEE).

5. CONCLUSÃO

A pesquisa teve o objetivo de identificar nos relatórios de sustentabilidade das empresas da B3, publicados no ano de 2017, ações voltadas para a promoção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Dessa forma, foram analisados 44 relatórios de sustentabilidade, nestes documentos, alguns contavam com os ODS destacados ao longo do texto, outros apresentavam no sumário da GRI e alguns apenas citavam que levava em consideração. Sendo assim, por meio da análise fatorial chegou-se a 3 (três) fatores, que são: econômicos, sociais e ambientais. Dentro destes fatores há diversos ODSs representativos e estes foram utilizados para análise.

Diante disso, a pesquisa concluiu que as empresas, de fato, adotam medidas sustentáveis, seja em suas operações, seja para contribuir com a comunidade ou com meio ambiente. No entanto, o que se observou é que muitas medidas são adotadas no âmbito interno para refletir no externo, por exemplo, no fator ambiental, adotam-se diversas medidas como tratamento de resíduos, controle do consumo de água, energia e redução da emissão GEE, porém observa-se poucas medidas voltadas diretamente para o âmbito externo como, por exemplo, o replantio de árvores ou cuidado com os mares. Dessa forma, alguns ODSs precisam

de mais atenção, tais como Fome Zero e Igualdade de Gênero. Este último, apesar das empresas terem políticas de salários meritocráticas, foram observadas poucas medidas para, de fato, reduzir as desigualdades de homens e mulheres. Além disso, o número de funcionários homens em, praticamente, todas as empresas é maior que o de mulheres. Ou seja, o número total de empregados das 44 empresas pesquisadas é igual a 597.869 mil, destes 68,28% são homens e 31,72% são mulheres.

A pesquisa apresenta algumas limitações, tais como a utilização de somente um ano, pois como os 17 ODS foram estabelecidos em 2015 e a B3 criou o “Relate ou Explique para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)” apenas em 2017, não foi possível analisar um período maior. Dessa forma, o estudo pode não refletir, a atuação da empresa dentro determinado fator, uma vez que, muitas ações e projetos podem ser iniciados e terminados em períodos distintos, ou seja, as medidas para contribuição com os ODS tendem a ser de longo prazo. Sendo assim, uma análise da evolução comparativa com dois ou mais anos poderia enriquecer a pesquisa. O número de empresas também é uma limitação da pesquisa, uma vez que, por se tratar de uma divulgação voluntária a quantidade fica prejudicada. Além disso, de acordo com a Teoria da divulgação voluntária as empresas tendem a relatar apenas pontos positivos nos relatórios anuais, o que dificulta analisar as falhas e pontos que precisam de mais atenção em relação ao atingimento dos objetivos e metas de desenvolvimento sustentável.

A contribuição do trabalho se dá em analisar, de forma crítica, o que as companhias tem feito para serem mais sustentáveis, seja no âmbito econômico, social ou ambiental e mostrou que, de fato, a sustentabilidade é um fator que preocupa as empresas da B3. No entanto, ainda a necessidade de mais atenção e esforço em prol de realizarem ações para contribuir com a Agenda 2030. A pesquisa contribui com a Teoria da divulgação voluntária de Dye (2001) e com a pesquisa de Coelho, Pires e Alves (2013), uma vez que analisa de forma criteriosa os relatórios de sustentabilidade e conclui que as empresas não divulgam dados desfavoráveis. Ou seja, os relatórios mostram apenas os projetos e ações favoráveis à entidade, não relatando as dificuldades, falhas ou omissões.

Além disso, a pesquisa contribui com os estudos de Costa e Marion (2007), Ribeiro, Bellen e Carvalho (2011) e Calixto (2013), uma vez que também encontrou dificuldades de analisar os relatórios de sustentabilidade, devido à falta de uniformidade na estrutura e nas informações reportadas. Ou seja, a falta de obrigatoriedade gera relatórios pouco comparáveis, pois cada entidade tem uma grande discricionariedade para reportar a informação. O estudo também corrobora com Milani (2008) e Novelin e Fregonesi (2013), pois a falta de evidenciação dos custos com as ações sociais e ambientais gera dúvidas sobre a existência ou a dimensão dos investimentos.

Com sugestão de pesquisas futuras pode-se fazer os seguintes estudos: analisar todos os relatórios de sustentabilidade e não apenas os das empresas que declaram levar em consideração os 17 ODS, a fim de verificar se todas as empresas que publicam relatórios têm realizado ações em prol do desenvolvimento sustentável e quais são essas medidas. Além disso, pode-se criar um índice a partir desses resultados e verificar o impacto de variáveis de desempenho, ou seja, relacionar às práticas sustentáveis a melhora ou piora de desempenho econômico e financeiro.

REFERÊNCIAS

BASSETTO, L. I. A incorporação da responsabilidade social e sustentabilidade: um estudo baseado no relatório de gestão 2005 da companhia paranaense de energia–COPEL. **Gestão & Produção**, 17(3), pp. 639-651, 2010.

BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. São Paulo: FGV Editora, 2005.

BOSSEL, H. **Indicators for sustainable development: theory, method, applications**. Winnipeg: IISD, 1999.

BRANCO, M. & RODRIGUES, L. Corporate Social Responsibility and Resource-Based Perspectives. **Journal of Business Ethics**, 69, pp. 111-132, 2006.

BRASIL, BOLSA, BALÇÃO (B3). Relate ou explique. Recuperado em 17 de outubro de 2018 de http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/institucional/sustentabilidade/nas-empresas/relate-ou-explique.

CALIXTO, L. A divulgação de relatórios de sustentabilidade na América Latina: um estudo comparativo. **Revista de Administração**, 48(4), pp. 828-842, 2013.

CAMPOS, L. M.S.; SEHNEM, S.; OLIVEIRA, M. D. A. S.; ROSSETTO, A. M.; COELHO, A. L. D. A. L.; & DALFOVO, M. S. Relatório de sustentabilidade: perfil das organizações brasileiras e estrangeiras segundo o padrão da Global Reporting Initiative. **Gestão & Produção**, 20(4), pp. 913-926, 2013.

COELHO, F.Q.; OTT, E.; PIRES, C.B.; ALVES, T.W. Uma Análise dos Fatores Diferenciadores na Divulgação de Informações Voluntárias sobre o Meio Ambiente. **Contabilidade Vista & Revista**, 24(1), pp. 112-130, 2013.

COSTA, R. S. D., & MARION, J. C. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. **Revista Contabilidade & Finanças-USP**, 18(43), pp.20-33, 2007.

CUNHA, J. V. A.; RIBEIRO, M. S. Divulgação voluntária de informações de natureza social: um estudo nas empresas brasileiras. **Revista de Administração Eletrônica USP**, São Paulo, v. 1, n. 1, pp. 1-23, 2008.

DUARTE, L. C. B. **Política externa e meio ambiente – Descobrindo o Brasil**. São Paulo: Zahar, 2003.

DYE, R. A. An evaluation of “essays on disclosure” and the disclosure literature in accounting. **Journal of accounting and economics**, 32(1-3), 181-235, 2001.

GONÇALVES, O., & OTT, E. A evidenciação nas companhias brasileiras de capital aberto. In: Encontro Nacional da Anpad (Enanpad). **Anais...**, 26, 2002

GOODLAND, ROBERT & LEDOC, G. Neoclassical Economics and Principles of Sustainable Development. **Ecological Modelling**, 38(1-2), pp. 19-46, 1987.

HAIR, JOSEPH F; *et al.* **Análise multivariada de dados**. 5.ed Porto Alegre: Bookman, 2005.

IUDÍCIBUS, SÉRGIO DE. **Teoria da Contabilidade**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010

KAISER, H. F. The varimax criterion for analytic rotation in factor analysis. *Psychometrika*, 23(3), 187-200, 1958.

LAGO, A. A. C. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e a três conferências ambientais das Nações Unidas**. Brasília: Thesaurus Editora, 2007.

MARTINS, G. A., & THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo, SP: Atlas, 2009.

MEADOWS, D. H, RANDERS, J., & BEHRENS III, W. W. **The limits to growth: a report to the club of Rome**, 1972.

MILANI FILHO, F., & ANTONIO, M. Responsabilidade social e investimento social privado: entre o discurso e a evidenciação. *Revista Contabilidade & Finanças-USP*, 19(47), pp. 89-101, 2008.

MINGOTI, S. A. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada**. Editora UFMG, 2005.

NOVELIN, C.P.; FREGONESI, M.S.F.A. Análise da divulgação de informações sobre investimentos sociais por empresas que se declaram socialmente responsáveis. *Revista Contabilidade e Organizações*, 7(17), pp.89-101, 2013.

Oliveira, Natália C. De. **Desenvolvimento, sustentabilidade e relações internacionais: uma análise dos indicadores de desenvolvimento sustentável e sua aplicação ao caso brasileiro**. 2012. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL (ONU/BR). 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Agenda 2030**. Recuperado em 17 de outubro de 2018 de <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>.

PRICEWATERHOUSECOOPERS (PWC). **Os desafios das empresas portuguesas na priorização dos ODS e no relato não-financeiro**. Recuperado em 17 de outubro de 2018 de <https://www.pwc.pt/pt/sustentabilidade/ods/pwc-report-ods.pdf>

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA MEIO AMBIENTE. Integração entre o meio ambiente e o desenvolvimento: 1972-2002. **Perspectivas do Meio Ambiente Mundial 2002 GEO-3: Passado, presente e futuro**, 2004.

RIBEIRO, A. M., BELLEN, H. M. V., & CARVALHO, L. N. G. D. Regulamentar faz diferença? O caso da evidenciação ambiental. *Revista Contabilidade & Finanças*, 22(56), pp.137-154, 2011.

ROMEIRO, ADEMAR RIBEIRO. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. *Estudos Avançados*, 26(74), pp. 65-92, 2012.

ROVER, S., TOMAZZIA, E. C., MURCIA, F. D. R., & BORBA, J. A. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel. **Revista de Administração**, 47(2), 217-230, 2012.

VEIGA, JOSÉ ELI DA. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2008.

VERRECCHIA, R. E. Essays on disclosure. **Journal of accounting and economics**, 32(1-3), 97-180, 2001.

WCED, S. W. S. World Commission on Environment and Development. **Our common future**, 1987

YAMAMOTO, M.M.; SALOTTI, B. M. **Informação contábil: estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais**. São Paulo: Atlas, 2006.